

ass Const

# Maciel não quer Executivo fraco

"O importante não é enfraquecer o Executivo, mas fortalecer os demais Poderes." Esta frase, do chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, resume seu pensamento político a respeito do problema da divisão dos poderes na futura Constituição brasileira. Segundo Maciel, "o ideal é contarmos com Poderes equilibrados entre si, que sejam antes de mais nada atuantes, eficazes e flexíveis, capazes de responder, com eficiência e rapidez, às enormes demandas sociais econômicas do Estado e da sociedade".

A proposta do político pernambucano é que se criem instituições intermediárias entre o povo e o governo. "Por isso, impõe-se conferirmos nitidez aos interesses ideológicos ou doutrinários dos partidos, estabilidade institucional para o adequado cumprimento de seu papel e desempenho dos seus objetivos de participarem legitimamente da dis-

puta do poder, bem como aparelharmos cada vez mais os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário", explicou. Em sua definição, só se conseguirá adequar a ordem constitucional à ordem econômica e à complexidade da organização social, as implicações políticas de um regime democrático e pluralista se conseguirem estabelecer um poder equitativo e dinâmico. "Não será dividindo as atribuições do presidente da República que haveremos de superar os males da hipertrofia de um dos poderes", ele vaticina.

A raiz da complexidade da organização do Estado moderno e de suas relações com a sociedade, na sua opinião, repousa no fato de que, ao contrário do que previram Marx (que imaginou um conflito simples entre as classes sociais) e Montesquieu (com seu modelo de estruturação tripartite do poder), não há apenas con-

flitos de classes, mas sobretudo conflitos interclasses (como os que acontecem entre empresas multinacionais e os governos dos países onde tais empresas se instalaram). "Os expedientes jurídicos imaginados para organizar a ordenação política do Estado revelam-se cada vez mais inadequados para que o governo possa acompanhar as profundas transformações da sociedade de massa", disse Maciel.

Na opinião do principal assessor político do presidente da República, a crise contemporânea do poder não é um fenômeno brasileiro, mas internacional. "A crise contemporânea é mais do que uma crise política: é uma crise de representatividade política. O que nos resta indagar é em que medida o Poder Executivo nos Estados modernos será capaz de superar essa crise de representatividade."

No Brasil, segundo Maciel, o presidente da República, por causa da fragilidade das instituições, se torna o árbitro, em última instância, de todos os conflitos sociais. O ministro lembrou o fenômeno posterior à implantação do Plano Cruzado, quando o povo e a iniciativa privada recorreram ao Executivo, para o indispensável ajustamento das matrizes de suas relações econômicas:

"A grande virtude dessa fase de transição que estamos vivendo é a tentativa de ajustamento a que está procedendo o governo Sarney para dar uma ampla e permanente representatividade à atuação do Executivo, na medida em que está fazendo corresponder as reivindicações legítimas da sociedade. O que temos que fazer, portanto, além de ouvir a manifestação das urnas, é ouvir também, e permanentemente, as manifestações da opinião pública". (JNP).

## Arinos diz que em 46 o espírito liberal venceu

AGÊNCIA ESTADO

O professor Affonso Arinos, presidente da "comissão de notáveis", que elaborou o anteprojeto da Constituição a ser apresentado, na forma de subsídio, à futura Constituinte, relembrou ontem aspectos da Constituição de 46, que hoje completa 40 anos. Aquela Carta, segundo ele, foi fruto de um movimento que se seguiu à Segunda Guerra Mundial e que também resultou nas Constituições italiana e alemã, "de espírito democrático e liberal".

Arinos disse que a Constituição de 46 não foi precedida de anteprojeto, como aconteceu com as demais Constituições brasileiras, mas, sim, de um movimento organizado entre os próprios constituintes, em atendimento ao espírito de mudanças da época. Por isso, na sua opinião, a Carta de 46, foi mais sugestiva do que substantiva, "daí, talvez, a sua maior liberalidade", explicou o jurista.

Para o ministro Aluísio Alves, da Administração, um dos constituintes de 46, a principal preocupação política na elaboração da Carta de 46 foi diminuir a força do Executivo, porque o País ainda estava traumatizado pela experiência da ditadura que atravessara.

Ele explicou que a redução dos poderes do Executivo foi um dos maiores problemas enfrentados naquela ocasião, porque os partidos majoritários, que eram o PSD e o PTB, tiveram de aceitar, negociando com a UDN, que era minoritária, essa posição política. Promulgada a Carta, no entanto, logo se desinteressaram de adaptá-la à legislação ordinária.

Aluísio Alves disse que a Carta era avançada política e socialmente, enquanto a legislação ordinária era reacionária e autoritária, herdada do Estado Novo. Como a adaptação não foi feita, explicou o ministro, aconteceram crises permanentes e, de episódio em episódio, entre eles o suicídio de Getúlio Vargas, o País acabou presenciando o golpe militar de 64.

Com base nessa experiência, o ministro adverte os futuros constituintes de que, imediatamente após a elaboração da nova Constituição, deve ser removido "o entulho autoritário da legislação ordinária, ou então teremos conflitos permanentes e, consequentemente, estaremos sujeitos aos mesmos riscos do passado".

O senador Luís Viana Filho, da Bahia, que também foi constituinte de 46, relembrou que a maior preocupação dos integrantes daquela assembleia era evitar o retorno à ditadura, considerada por ele como muito "pior do que se afirma termos tido

depois de 64. Nessa fase não tivemos Tribunal de Segurança, enquanto no período Vargas o advogado Sobral Pinto precisou pedir que Luís Carlos Prestes, preso, recebesse ao menos o tratamento dispensado aos animais".

A Constituinte de 46, de acordo com Luís Viana, "teve características próprias, pois, inicialmente, foi convocada por Getúlio Vargas, que numa lei admitia que a futura Assembleia 'poderia' reformar a Carta de 37. Posteriormente, quando o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a presidência, nova lei foi baixada, dispondo que uma constituinte seria eleita no dia 2 de dezembro de 45".

Para o líder do PDS, deputado Amaral Netto, "foi uma Constituição até avançada para a sua época. No capítulo da garantia dos direitos individuais, foi quase perfeita. O problema não é da letra da lei, mas dos homens que vão executá-la". Ele aproveitou a oportunidade para criticar o trabalho feito pela "comissão de notáveis": "É uma palhaçada o que a comissão fez. De que adianta inscrever na Constituição que as Forças Armadas estão proibidas de intervir no processo, se a primeira coisa que elas fazem, ao dar o golpe, é rasgar a lei".

Para o jurista Miguel Reale Júnior, "a Constituição de 46 brotou de um cataclisma mundial, de um processo de liberação, vivido por uma sociedade pouco participativa, que vivia o populismo. Hoje, a Constituição não poderá ser um trabalho exclusivo de juristas e constitucionalistas, mas vai ter de aprofundar raízes, porque a população é participativa e consciente".



Affonso Arinos



Projeto discrimina o capital, afirma Quintela

## Para empresário, texto dá mais poder ao Estado

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O empresário Sérgio Quintela criticou ontem a ordem econômica prevista no anteprojeto de Constituição da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, de que participou, dizendo que o texto discrimina o capital e aumenta excessivamente a intervenção do Estado na economia. A crítica foi feita na última reunião formal da comissão, realizada na reitoria da Universidade de Brasília (UnB), que teve a participação de 25 de seus 50 membros. O voto separado de Quintela será entregue hoje, oficialmente, ao presidente Sarney, junto com o documento final da "comissão de notáveis", em cerimônia no Palácio do Planalto.

Quintela salientou que o capítulo da ordem econômica da proposta privilegia o social, "o que considero justo, mas discrimina o capital, ainda que nacional, reprimindo a acumulação de capital, independente da forma de sua obtenção e da sua destinação". O texto apresentado, segundo ele, coloca a iniciativa privada sob tutela do Estado. O empresário informou que pretende ficar contra esse preceito e lutar por sua modificação na Assembleia Nacional Constituinte.

Coube ao sociólogo Hélio Jaguaribe a defesa da proposta da comissão, observando que o que se pretende é introduzir no Brasil o que vem sendo feito nos países mais adiantados do mundo, ou seja, "uma economia de mercado socialmente regulada, entregando-se à iniciativa privada a responsabilidade de produzir riquezas e de promover o desenvolvimento, com a justa remuneração do capital, mas deixando a supervisão do Estado democrático a distribuição do excedente". Com isso, segundo Jaguaribe, se atingirá "um sistema de mercado livre, po-

rem de destinação social, voltado para a distribuição do bem-estar entre todos os cidadãos".

No final, o presidente da comissão, professor Afonso Arinos, justificou as opiniões divergentes dos integrantes da comissão, afirmando que não houve "adesão" ao anteprojeto, mas apenas a sua aceitação pela maioria, como forma de contribuição à futura Constituinte.

CLIMA DE FESTA

Os demais participantes limitaram-se a ressaltar o espírito democrático e o clima de companheirismo durante o período de trabalho da comissão. Mário Martins salientou que o resultado final é uma resposta às críticas que receberam durante o ano, quando, em seu entender, foram acusados de elitistas e colocados sob suspeição seu "discernimento social". "Mostramos um trabalho não utópico, mas um realismo com imaginação", disse Martins Ferro. Costa ressaltou, por sua vez, que o anteprojeto restabeleceu os direitos sociais da Constituição, "esquecidos no decorrer dos governos autoritários". Já o presidente do Dieese, Walter Barelli, destacou a representatividade da comissão, lembrando que todos os segmentos sociais foram ouvidos.

O clima de festa da última reunião foi quebrado apenas pelo ex-secretário-geral, Ney Prado, que renunciou ao cargo, no início deste mês, por discordar do tratamento dado às Forças Armadas no anteprojeto. Prado pediu a palavra para ler o relatório final das suas atividades, logo após a leitura de relatório semelhante apresentado pelo secretário-executivo da comissão, Mauro Sataiana. O constrangimento não foi maior porque o professor Afonso Arinos permitiu a leitura, explicando que não lhe havia dado a palavra devido à sua renúncia.